



Nos 20 anos da edição da Lei Federal de Processo Administrativo, a presente coletânea reúne alguns dos principais administrativistas brasileiros, com especial afinidade com o tema do processo administrativo, para tratar de temas relevantes desse importante campo do Direito Administrativo. Trata-se de pensar criticamente o fenômeno processual/procedimental na Administração Pública, à luz das recentes e profundas transformações pelas quais a sua organização e o seu funcionamento têm passado. Espera-se que seu conteúdo possa auxiliar profissionais e acadêmicos a descortinar novos caminhos e soluções para as múltiplas questões que a realidade administrativa impõe.

Coordenadores
Eurico Bitencourt Neto
Thiago Marrara

**PROCESSO
ADMINISTRATIVO
BRASILEIRO**
Estudos em homenagem aos
20 anos da Lei Federal de
Processo Administrativo

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
DIREITO PÚBLICO.
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Público-alvo/consumidores
PROFISSIONAIS DO DIREITO, ACADÊMICOS,
ESTUDANTES DE DIREITO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001655

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

P963 Processo administrativo brasileiro: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei Federal de Processo Administrativo / Eurico Bitencourt Neto, Thiago Marrara (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2020.
309p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0709-8

1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Direito Constitucional. I. Bitencourt Neto, Eurico. II. Marrara, Thiago. III. Título.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITENCOURT NETO, Eurico; MARRARA, Thiago (Coord.). *Processo administrativo brasileiro: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei Federal de Processo Administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 309p. ISBN 978-85-450-0709-8.

Eurico Bitencourt Neto é Professor da Faculdade de Direito da UFMG. Doutor pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Ex-Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo. Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

Thiago Marrara é Professor de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo na FDRP. Livre-docente, mestre e bacharel pela USP. Doutor pela Universidade de Munique (LMU). Consultor, árbitro e parecerista.

APRESENTAÇÃO.....	11
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999: FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS CENTRAIS	13
Odete Medauar	13
1 Antes da Lei nº 9.784/1999	13
2 A formação da lei geral de processo administrativo federal.....	14
3 Características essenciais da Lei nº 9.784/1999	16
3.1 Traços gerais.....	16
3.2 Aspectos centrais do conteúdo	17
4 Permanência do conteúdo	19
Referências	20
APLICABILIDADE DA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	23
Maria Sylvia Zanella Di Pietro	23
1 Delimitação do tema	23
2 Nascimento da Lei nº 9.784/99 e alterações posteriores	24
3 Competência para legislar sobre processo administrativo.....	24
4 Aplicação subsidiária da Lei nº 9.784/99	31
5 Aplicação da Lei nº 9.784/99 à função administrativa exercida pelos três Poderes do Estado.....	35
6 Aplicação a todos os processos administrativos em que haja interessados	39
7 Conclusões	43
Referências	44
SUBSÍDIOS PARA A ATUALIZAÇÃO DA LEI FEDERAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	45
Eurico Bitencourt Neto	45
1 Introdução.....	45
2 O papel do procedimento administrativo no Direito Administrativo contemporâneo	46
3 Algumas contribuições para uma Lei Federal de Processo Administrativo renovada	56
3.1 Âmbito de aplicação	57
3.2 Princípios	58
3.3 Meios procedimentais de concertação, colaboração e cooperação	65
3.4 Administração eletrônica.....	69
4 Consideração final	70
Referências	70
PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	75
Thiago Marrara	75
1 Introdução: a processualização no Brasil	75
2 A Lei de Processo Administrativo federal	76
3 Funções dos princípios: a necessidade de reiterar o óbvio.....	78
4 Sistema e classificação dos princípios processuais	80
5 Princípio da ampla defesa	82
6 Princípio do contraditório	89
7 Princípio da gratuidade	92
8 Princípio da transparência.....	94
9 Princípio da oficialidade.....	97
10 Princípio do formalismo mitigado	100
11 Princípio da isonomia	101

12	Princípio da boa-fé e proteção da confiança	103
13	Princípio da razoabilidade	107
14	Conclusões	110
	Referências	111
DEVER DE DECIDIR		113
Adilson Abreu Dallari		113
1	Introdução.....	113
2	O dever de decidir na Lei Federal nº 9.784 de 29/01/99	115
3	A decisão no novo Código de Processo Civil.....	116
4	Condicionantes da decisão na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	118
5	Conclusões	120
	Referências	121
ACORDOS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVOS.		
INSTRUMENTOS CONSENSUAIS		123
Sérgio Ferraz		123
	Referências	132
PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRANSPARÊNCIA		133
Juliano Heinen		133
1	Introdução.....	133
2	Contexto e gênese da LAI.....	135
3	Legitimidade ativa dos pedidos de acesso.....	137
4	Forma do pedido de acesso.....	139
5	Objeto do pedido de acesso.....	141
6	Resposta ao pedido de acesso	142
7	Causa de pedir solicitação de acesso	143
8	Conclusão.....	151
	Referências	152
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO		155
Irene Patrícia Nohara		155
1	Considerações Introdutórias.....	155
2	Revolução pela comunicação dos meios digitais e <i>e-gov</i>	156
3	Processo administrativo eletrônico	158
4	Disciplina dos documentos digitais no processo administrativo eletrônico.....	160
5	Abertura para discricionariedade da decisão e de sua motivação no processo administrativo eletrônico	162
6	Diferenças do processo eletrônico com o tratamento da Lei Federal de processo administrativo	166
7	Conclusão.....	168
	Referências	170
A AMPLITUDE DA SEGURANÇA JURÍDICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO CORRELACIONADA AOS EFEITOS DA LEI Nº 13.655/18		
Cristiana Fortini, Amaral Roque Bueno		173
1	Introdução	173
2	A dimensão formal e material da segurança jurídica no processo administrativo.....	177
3	Segurança jurídica e proteção à confiança viabilizadas pelo processo administrativo.....	181
4	Implicações da Lei nº 13.655/18 no processo administrativo	186
5	Conclusão.....	195
	Referências	196
É IMPRESCINDÍVEL A DEFESA POR ADVOGADO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR? SOBRE A SÚMULA VINCULANTE Nº 5 DO STF		
Romeu Felipe Bacellar Filho, Daniel Wunder Hachem		199
1	Introdução.....	199

2	Processo administrativo disciplinar, núcleo constitucional comum de processualidade e o direito fundamental à ampla defesa.....	201
3	A defesa técnica como desdobramento da ampla defesa e a inconstitucionalidade da Súmula Vinculante nº 5 do STF.....	208
3.1	Vícios formais de inconstitucionalidade	209
3.2	Inconstitucionalidade material dos fundamentos utilizados para a edição da súmula	213
3.2.1	Desnecessidade de defesa técnica diante da garantia dos direitos de informação, de comunicação e de ver seus argumentos considerados.....	214
3.2.2	Necessidade de defesa técnica apenas se a complexidade da questão tornar o acusado inapto para exercer a autodefesa	215
3.2.3	Indispensabilidade do advogado apenas à administração da justiça, assim considerada somente a função jurisdicional (art. 133 da CF)	216
3.2.4	A exigência de defesa técnica significaria uma defesa transbordante	218
3.2.5	A obrigatoriedade de defesa técnica importaria asoerobramento da Defensoria Pública.....	222
3.2.6	O exercício do contraditório é facultativo ao acusado, tal como no processo civil.....	227
3.2.7	A necessidade de defesa técnica no processo penal justifica-se por se tratar de direito indisponível	232
3.2.8	É facultativa a nomeação de procurador, que não precisa ser advogado (art. 156 da Lei nº 8.112/90).....	235
4	Conclusões	237
	Referências	239
	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS COLETIVOS	241
	Pedro de Menezes Niebuhr.....	241
1	Introdução.....	241
2	Das relações bipolares às relações multipolares ou multilaterais: a emergência de processos administrativos coletivos.....	242
3	As dimensões subjetiva e objetiva dos processos administrativos coletivos.....	245
3.1	Dimensão subjetiva dos processos coletivos	246
3.2	Dimensão objetiva dos processos coletivos	247
4	A legitimação coletiva como “interessado” na Lei nº 9.784/99 ...	249
4.1	Os direitos e obrigações dos legitimados na forma dos incisos II a IV do artigo 9º da Lei nº 9.784/99.....	251
5	A “participação popular” em função da natureza da decisão administrativa na Lei nº 9.784/99.....	253
5.1	As modalidades e a função dos mecanismos de participação popular	256
5.1.1	Consulta pública	257
5.1.2	Audiência pública	258
5.2	Os direitos dos particulares que colaboram com a Administração à título de participação popular	259
5.3	Outras formas de participação	259
6	Considerações finais.....	260
	Referências	261
	O DISCRETO CHARME DA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: SOBRIEDADE, GENERALIDADE, UNIFORMIDADE FEDERATIVA E IMUTABILIDADE NOS VINTE ANOS DA LEI Nº 9.784/99	263
	José Vicente Santos de Mendonça, Ana Luíza Fernandes Calil.....	263
1	Introdução	263
2	Uma lei tardia, sóbria e de bons propósitos	264
3	Vinte anos depois: uma norma (quase) imune a alterações, subsidiária e que não chega a ser um superestatuto	267
4	O futuro do processo administrativo na Lei nº 9.784/99 - e além.....	270

5	Conclusão.....	273
	Referências	274

A LEI BRASILEIRA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
COMO ESTRUTURA JURÍDICA DO PODER POLÍTICO:
PARÂMETROS E POSSIBILIDADES..... 277

Marco Antônio Moraes Alberto..... 277

1	Introdução.....	277
2	As “funções do processo administrativo” como indicadores de compromissos políticos juridicamente estruturados.....	280
3	O processo administrativo entre regulação jurídica e regulação política	284
4	O processo administrativo como estrutura jurídica do poder político.....	291
5	Conclusão.....	301
	Referências	302

SOBRE OS AUTORES..... 307